



Intervenção de sua excelência,  
o Secretário Especial dos  
Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil,

Ministro Paulo Vannuchi

Segmento de Alto Nível  
13ª Sessão Regular do  
Conselho de Direitos Humanos

Genebra, Suíça

2 de março de 2010

Senhor presidente,  
Senhora alta comissária para os Direitos Humanos  
Excelências,  
Senhoras e senhores,

Saúdo a senhora Navy Pillay pelo trabalho competente à frente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. A sra. Pillay tem atuado de maneira firme e decidida com vistas à proteção dos direitos humanos em todo o mundo.

Agradeço à alta comissária por sua visita recente ao Brasil, quando se encontrou com o presidente Lula, com outras autoridades e com representantes da sociedade civil. Sua visita tornou possível estreitar ainda mais a cooperação entre meu país e o sistema de direitos humanos da ONU.

Em nome da delegação do Brasil, saúdo a contribuição do presidente do Conselho, embaixador Alex Van Meeuwen, da Bélgica, bem como a de seu antecessor, embaixador Martin Uhomoibhi, da Nigéria, que brindou nosso País com duas visitas.

Tenho a honra de me dirigir a este Conselho para falar em nome do Governo do presidente Lula. Sob sua liderança, o Brasil tem alcançado progressos importantes na promoção dos direitos humanos, tanto no plano interno quanto no plano internacional.

No plano interno, posso dizer que os obstáculos criados com a crise econômica recente não impediram o Brasil de avançar nas ações de inclusão social e de combate à pobreza. O Programa Bolsa Família,

que integra a estratégia do Fome Zero, beneficia hoje 12 milhões de famílias. No plano internacional, o Governo Lula desenvolve uma política externa com base na solidariedade e no diálogo.

Senhor presidente,

O mundo vive momentos desafiadores, no enfrentamento da crise econômica, no controle do aquecimento global, na luta contra o racismo, a discriminação e a xenofobia, no compromisso de tornar os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais uma realidade efetiva a todas as pessoas.

Juntamente com os órgãos de tratados e os procedimentos especiais, o Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) já se comprovou um instrumento de avaliação que permite o monitoramento e diálogos efetivos. O RPU já consegue provar que o diálogo e a compreensão mútua são caminhos naturais do processo multilateral.

Uma das conquistas fundamentais deste Conselho está em superar uma cultura de confronto e seletividade no trato da proteção e da promoção dos direitos humanos. Esse órgão não foi criado com vocação para o monitoramento seletivo, mas sim para estar atento aos desafios e ameaças ao pleno gozo de todos os direitos pelas pessoas. Pouco nos serviria apontar problemas com uma mão e, com a outra, negar os recursos necessários para vencer tais desafios.

A cooperação para a reconstrução do Haiti, de modo que preserve sua soberania, é, hoje, um grande desafio para a comunidade internacional. A extensão da tragédia certamente foi mais profunda em razão das dificuldades enfrentadas pelo Haiti antes da catástrofe, em

especial em áreas como o direito à alimentação, moradia, acesso à água e ao saneamento. Valorizamos a sessão especial realizada em janeiro sobre os direitos humanos no Haiti. Encorajamos o escritório da Alta Comissária no Haiti para que dê seguimento a esta abordagem construtiva do Conselho.

A revisão do Conselho de Direitos Humanos é uma oportunidade para que a comunidade internacional dê um passo adiante nos avanços obtidos com a criação deste órgão em substituição à antiga Comissão. O êxito do RPU deve ser mantido e fortalecido. A ênfase na dimensão de cooperação transversal nos mecanismos do Conselho deve ser uma prioridade no âmbito do processo de revisão.

Senhor presidente,

O presidente Lula, em sua participação neste Conselho em junho passado, fez referência à aprovação das Metas Voluntárias em Direitos Humanos de 2008, como prova de que o órgão é capaz de atuar congregando esforços de todos os grupos regionais. O lançamento das Metas no Conselho traduziu aspirações da comunidade internacional em objetivos mensuráveis.

Em 2009 se comemorou o aniversário de 20 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança, instrumento fundamental para a proteção dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes em todo o mundo. Mais um passo foi dado com a aprovação, por este Conselho, das Diretrizes para Cuidados Alternativos das Crianças.

Esperamos poder comemorar, no futuro, o aniversário de um novo instrumento internacional, direcionado ao direito da pessoa idosa. A ausência de um tratado sobre esse tema é uma grave lacuna no sistema de direitos humanos da ONU. Precisamos preencher essa lacuna, tendo em conta as consequências duradouras do envelhecimento da população.

Senhor presidente,

O racismo e a discriminação estão entre as piores manifestações de intolerância. A incompatibilidade de tais práticas com a promoção e a proteção dos direitos humanos faz do combate ao racismo uma forte prioridade.

Passado quase um ano desde a adoção do documento final da Conferência de Revisão de Durban, é necessário dar dimensões concretas ao texto acordado por consenso.

Mais do que palavras, necessitamos de modelos e de exemplos para combater o racismo em nossas sociedades. Acreditamos que os esportes e os esportistas, principalmente, podem oferecer contribuições valiosas nesta luta. Devemos aproveitar a oportunidade que os grandes eventos esportivos mundiais oferecem para aumentar nossos esforços neste campo.

Entusiasmado com os preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas do Rio de Janeiro, o Brasil apresentará nesta sessão do Conselho, juntamente com o Grupo Africano, um projeto intitulado “Um mundo de esportes livre do racismo e da

discriminação”, para o qual esperamos contar com o apoio de todas as delegações.

Em nosso País, por exemplo, temos obtido engajamento de todos os times de futebol na defesa dos direitos humanos das pessoas com deficiência. Milhões de brasileiros já se emocionaram vendo, na TV e nos estádios, seu time do coração entrar em campo com grandes faixas em defesa desse segmento vulnerável, que, segundo a OMS, equivale a cerca de 10% da população mundial.

O Brasil também patrocina, em conjunto com outros países, um projeto de decisão prevendo, na sessão de junho, um painel com vítimas do tráfico de pessoas. Além das importantes discussões nos níveis técnico e político, é fundamental escutar a voz das pessoas afetadas por essa terrível violação dos direitos humanos.

Senhor presidente,

Em dezembro passado, o presidente Lula assinou o decreto que institui o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos do Brasil (PNDH-3), como novo roteiro de ações para os próximos anos. O PNDH-3 aperfeiçoa as edições anteriores, de 1996 e 2002, e é fruto, em primeiro lugar, da Conferência Nacional de Direitos Humanos, que reuniu 2.000 delegados representando a sociedade civil e os poderes públicos.

O PNDH-3 também se baseou nas recomendações feitas ao Brasil pelos relatores das Nações Unidas, pelos Comitês de Pactos e Convenções e pelo RPU. Teve como aporte, ainda, os resultados de

mais de 50 conferências nacionais temáticas sobre igualdade racial, direitos da mulher, crianças, pessoas com deficiência, idosos, segurança alimentar, direito à diversidade sexual, proteção ambiental e muitos outros.

Como costuma ocorrer em todo processo verdadeiramente democrático de construção de políticas de Estado, o decreto gerou intenso debate no âmbito nacional. O Programa, tratando de forma transversal os direitos humanos, abordou questões de grande importância para o país, pelo que recebeu elogios e críticas. Elogios pela abrangência de conteúdo e pela coragem em tocar em pontos sensíveis, mas necessários, como a Criação de uma Comissão Nacional da Verdade para apurar as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar. O Programa também despertou críticas muito duras. Por outro lado, um dos mais importantes jornais do Brasil publicou domingo passado um artigo corajoso e lúcido da alta comissária em defesa do PNDH-3.

A intensa polêmica que surgiu com o lançamento do Programa tem gerado um debate de intensidade inédita no Brasil sobre a temática dos direitos humanos. Por sua profunda índole democrática, o Governo Lula recebe com serenidade todas as críticas. É com espírito de abertura ao aperfeiçoamento que o governo brasileiro recebe as manifestações discordantes sobre o conteúdo do PNDH-3. E é com serenidade que manteremos amplo diálogo em busca de um consenso superior.

Concluo, senhor presidente,

A elaboração de planos e programas de Direitos Humanos, além de ser uma recomendação da Declaração de Viena, foi uma das metas voluntárias aprovadas por este Conselho em 2008. Ao apresentar brevemente informações sobre o processo brasileiro recente, esperamos contribuir com os países que ainda buscam alcançar esta meta e incentivar, aqui, um diálogo permanente sobre o tema, para que possamos, juntos, trocar experiências e conhecer melhor como os Estados têm desenvolvido as suas ações.

Muito obrigado.